

## CORREIO DO VALE

Divulgação/João Miguel Jr.



Kátia Miki, Gustavo Tutuca, Márcio Lins e Luciano Muniz

## Tutuca discute projetos com diretor da CSN

O secretário de Estado de Turismo do Rio de Janeiro, Gustavo Tutuca, se reuniu com o diretor executivo da CSN, Márcio Lins, e com a coordenadora cultural da Fundação CSN, Letícia Costa da Silva, para discutir estratégias de expansão da cadeia do aço e apoio a projetos culturais

no interior fluminense. A agenda é um desdobramento direto da Lei 8.960/20 (Lei do Aço), de autoria de Tutuca, em vigor desde janeiro de 2024, que criou um regime tributário especial para estimular a instalação de empresas do setor metal-mecânico no estado.

## Vale do Café

A reunião, ocorrida na semana passada, aconteceu com a presença do prefeito de Pinheiral, Luciano Muniz, da prefeita de Barra do Piraí, Kátia Miki, e dos assessores especiais da Setur-RJ, Fernando

Costa e Wanderson Farias, e teve como principal objetivo debater a atração de novos investimentos da cadeia produtiva do aço através dos benefícios fiscais proporcionados pela lei.

## Projetos integrados

Outro ponto tratado foi o apoio da Fundação CSN a projetos culturais em parceria com o Governo do Estado. A proposta visa impulsionar ações que unam patrimônio histórico, economia cria-

tiva e inclusão social, com destaque para os municípios do Vale do Café. A expectativa é de que novas agendas avancem nas próximas semanas, com a formatação de projetos.

Divulgação/Eletronuclear



Estatel abordou sobre incentivo cultural no município

## Eletronuclear tenta aproximação com prefeito

Visando a aproximação com Angra dos Reis, a Eletronuclear se reuniu esta semana com o prefeito da cidade, o prefeito Cláudio Ferreti. O encontro também contou com a participação do coordenador de Comunicação Institucional e Responsabilidade Socioambiental, Marco Antônio Torres Alves. Durante a reunião, no gabi-

nete do prefeito, foram discutidos temas estratégicos para o município, como a Lei de Incentivo Cultural do Município. Entre os assuntos abordados, destacou-se ainda o andamento de convênios, a acessibilidade na Trilha Porã e a divulgação do Observatório Nuclear como pontos turísticos da região.

## Próximos passos

Outra frente de atuação discutida foi a capacitação de professores, com uma reunião já marcada entre o Nucpen (Núcleo de Comunicação Pública Sobre Emergência Nuclear) e a Secretaria de Educação. "Temos grandes desafios e é essencial contar com parceiros

comprometidos com o desenvolvimento da cidade", destacou Ferreti. Marco Antônio, por sua vez, reforçou o compromisso da empresa com Angra dos Reis. "A Eletronuclear quer contribuir de forma ativa para o crescimento social e econômico da cidade", frisou.

## Falta de avanços

Em assembleia realizada na sexta (09), o Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação) de Barra Mansa informou que os profissionais da educação aprovaram, por unanimidade, um indicativo de greve, ou seja, uma possibilidade de nova paralisação. A deci-

são foi motivada pela falta de avanços nas negociações com a Secretaria Municipal de Educação (SME). Uma nova assembleia está marcada para hoje (12), às 18h. A categoria ainda aguarda retorno do prefeito da cidade, Luiz Furlani, sobre as demandas solicitadas.

## MP pede ao TCU apuração de denúncias contra INB

Atos de supostas irregularidades envolvem presidente da estatal

Por André Borges - Folhapress

O Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) pediu à corte que investigue atos do presidente da INB (Indústrias Nucleares do Brasil), Adauto Seixas, com unidade em Resende, ligados à sua adesão ao plano de demissão voluntária (PDV) da estatal, além de cobrança retroativa de auxílio-moradia.

A representação foi feita pelo subprocurador-geral do MP junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, a partir de reportagem publicada pela Folha de São Paulo.

"Cumpra ao TCU investigar os fatos à luz de suas atribuições constitucionais e legais, exercendo o poder-dever de zelar pelo bom uso dos recursos públicos e sancionando os responsáveis por condutas desviantes", afirma Furtado, no documento.

Como revelou a Folha, Adauto Seixas aderiu ao plano de demissão voluntária da estatal federal no fim do ano passado e, ao mesmo tempo, manteve-se no cargo de comando da empresa, o que é vedado pelo regimento da própria INB.

No ano passado, a estatal deu andamento a um PDV para seus funcionários. Por ocupar cargo comissionado, o presidente da estatal não poderia aderir ao programa de desligamento voluntário. Segundo regra do próprio regulamento, é vedada a adesão de "ocupante de cargo em comissão de livre provimento e de cargo estatutário", como era o caso de seu presidente.

Outra condição básica para adesão ao PDV é que o empregado tenha sua matrícula de servidor público "na condição de ativo" no sistema de recursos humanos da INB, mas esse registro fica suspenso quando o funcionário assume cargo comissionado. O cadastro do presidente, no entanto, foi reativado momentaneamente, o que permitiu que ele fizesse a sua adesão ao programa, enquanto se manteve no cargo de comando da empresa, com salário mensal líquido de mais de R\$ 34.500.

"Há vedação expressa à adesão a esse plano por ocupantes de cargo em comissão de livre provimento e de cargo estatutário. Sabendo-se dessa possível irregularidade ocorrida no âm-



Divulgação/INB

Adauto Seixas é alvo de denúncias por aderir plano de demissão incentivada e receber auxílio-moradia

bito da empresa pública federal, entendo que se mostra necessária a atuação desta Corte de Contas no sentido de declarar a nulidade do ato e proceder à recuperação de eventuais recursos públicos despendidos com a adesão irregular desse empregado ao PDV", afirma Furtado.

Outro ato de Adauto Seixas como presidente da INB permitiu que ele recebesse, em fevereiro deste ano, um valor total de R\$ 43.086,96, referente a um pagamento retroativo de auxílio moradia, relacionado a um período em que ele que viveu em Poços de Caldas (MG) mudou-se para o Rio de Janeiro, onde a INB tem escritório.

Como mostrou a reportagem, Seixas é proprietário de um imóvel no Rio de Janeiro, um apartamento localizado em Copacabana. Se o funcionário possui um imóvel na mesma cidade onde trabalha, ele é proibido de receber auxílio moradia.

A INB, que tem bases em Caldas (MG), Rio de Janeiro (RJ), Resende (RJ) e Caeté (BA), é responsável pela produção do combustível nuclear que abastece as usinas de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

"Se o ato foi praticado contrariando a finalidade que justificou a outorga de competência para a prática do ato, ou seja, se foi praticado com desvio de finalidade, ele está cívico de ilegitimidade e é passível de apli-

cação das sanções previstas no ordenamento jurídico em face do agente responsável", diz Lucas Furtado, pedindo que, "em se confirmando os indícios supracitados, instaurar tomada de contas especial para responsabilização dos agentes envolvidos".

## Presidente nega suspeita de irregularidades

À Folha, Adauto Seixas negou irregularidades e declarou que todas as ações foram tomadas com o conhecimento e autorização da própria INB.

Por meio de nota pública, a instituição Intersindical, que congrega sindicatos que representam os trabalhadores da INB, declarou que vê com "profunda preocupação com as informações veiculadas na imprensa", diante da "gravidade das denúncias, que envolvem possível desvio de finalidade no uso de recursos públicos e violação de regras administrativas elementares".

"Esperamos que os órgãos de controle competentes incluindo o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, o Ministério Público Federal e o Conselho de Administração da INB atuem com independência e celeridade para investigar e esclarecer todos os elementos do caso, com a responsabilização dos envolvidos, caso se confirmem as irregularidades", afirmou.

## Gravações ilegais e vazamento de informações

Reportagem da Folha de S.Paulo também revelou que a INB está no centro de uma série de gravações ilegais e vazamento de informações institucionais da empresa, atos que envolvem diretamente o seu presidente, Adauto Seixas.

Uma série de documentos, além de mensagens de texto e áudio, revela perseguições e divulgação irregular de questões administrativas da estatal. Os fatos, ocorridos entre 2023 e 2024, foram levados à Polícia Civil, por meio de boletim de ocorrência registrado por uma servidora. Um procedimento foi aberto junto ao Ministério Público do Trabalho, além de o caso ter sido levado à ouvidoria e à Comissão de Ética da INB.

A INB declarou que "a vítima era o atual presidente da INB, tendo sido inclusive perseguido em outras oportunidades" e que "o objeto da denúncia já foi devidamente apurado internamente e encaminhado aos órgãos externos competentes".

A INB também afirmou que não compactua com qualquer forma de assédio, ameaça ou conduta incompatível com o serviço público e que seguirá colaborando com os órgãos de controle para total esclarecimento dos fatos.

## Deputado estadual leva Agenera para fiscalizar abastecimento em Pinheiral

Divulgação/Jari Oliveira



Ação foi motivada por problemas recorrentes de água

O presidente da Comissão de Saneamento Ambiental da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e deputado estadual Jari Oliveira foi até Pinheiral nesta quinta-feira (08) ao lado de representantes da Agenera (Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro), para fiscalizar e verificar de perto a situação do abastecimento de água no município.

A ação foi motivada, entre outras, por denúncias da população sobre problemas recorrentes no fornecimento de água em diversas regiões da cidade. As queixas foram feitas durante audiência pública realizada pela Comissão de Saneamento da Alerj em abril.

## Irregularidades

Durante a vistoria, o parlamentar constatou uma série de falhas. Em algumas residências, os moradores relataram ficar dias sem receber água nas torneiras.

Já em outras localidades, a água chega turva, sem condições adequadas para consumo. A situação se agrava ainda mais nas áreas atendidas por caminhões-pipa: além do transtorno da falta de regularidade, os próprios mo-

dores têm que subir em suas caixas d'água para realizar o abastecimento manualmente — um procedimento arriscado, especialmente para idosos.

- É inadmissível que os moradores de Pinheiral ainda en-

frentem esse tipo de problema básico. A população está sendo exposta a riscos e vivendo com insegurança hídrica. A responsabilidade pelo abastecimento é da empresa, e é ela quem deve garantir que a água chegue com qualidade e segurança até as casas - afirmou o deputado.

Diante das irregularidades, o parlamentar cobrou providências imediatas da concessionária Rio+Saneamento, exigindo que a própria empresa se responsabilize pela execução segura do abastecimento por caminhão-pipa, sem expor os moradores a riscos.

O deputado também reforçou que continuará acompanhando a situação junto à Agenera para garantir que os direitos da população sejam respeitados. "Seguiremos vigilantes, ouvindo a população e fiscalizando sempre que necessário. A água é um direito básico, e não vamos aceitar o descaso", completou Jari.